

## Lula é 'mais do que inocente' e vítima de perseguição, diz advogado

O ex-juiz Sergio Moro e os procuradores da "lava jato" atuaram de forma ilegal e direcionada para condenar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Com as decisões do Supremo Tribunal Federal de reconhecer a suspeição de Moro e declarar a incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba, o petista voltou a ser "mais do que inocente". Isso porque o STF apontou que ele foi vítima de uma perseguição judicial.

Reprodução



Fernando Fernandes ressalta que 'lava jato' atuou de forma ilegal ao perseguir Lula  
Reprodução

É o que afirma o advogado e cientista político **Fernando Augusto Fernandes**, que teve uma segunda edição, revista e atualizada, de seu livro *Geopolítica da intervenção — a verdadeira história da "lava jato"*, publicado originalmente em 2020, lançada pela Geração Editorial.

Moro [condenou](#) Lula por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá (SP). Com a [confirmação](#) da sentença pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR, SC e RS), o petista foi [preso](#) e [impedido](#) de participar das eleições de 2018. Depois, ele foi [condenado](#) pelos mesmos delitos no processo do sítio de Atibaia (SP), pela juíza Gabriela Hardt, substituta de Moro na 13ª Vara Federal de Curitiba.

No ano passado, quando o Supremo declarou a [incompetência](#) da 13ª Vara Federal de Curitiba e a [suspeição](#) de Moro, as condenações de Lula foram anuladas. O petista, então, recuperou todos os seus direitos políticos, tornando-se novamente elegível. Graças a isso, ele agora é candidato a um terceiro mandato.

Mesmo assim, lavajatistas como Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol continuam dizendo que "o STF não inocentou Lula". No entanto, Fernando Fernandes disse à revista eletrônica **Consultor Jurídico** que Lula "é mais do que inocente".

"O Supremo reconheceu que Lula foi perseguido por um juiz parcial e listou inúmeros atos de perseguição, como a condução coercitiva, e de atuação política, como a juntada e divulgação da delação premiada do ex-ministro Antonio Palocci por Moro em um processo em que não havia mais



possibilidade disso, em momento eleitoral, e a divulgação da gravação de Lula com Dilma Rousseff, que foi feita depois do prazo de autorização judicial, com fins específicos", disse o criminalista. "A Vaza Jato trouxe os diálogos de Moro com Dallagnol e os demais procuradores. Tudo indicando realmente uma atuação ilegal e direcionada."

O advogado também rebate a alegação de lavajatistas de que o Supremo anulou as condenações de Lula mesmo tendo sido ele condenado em três instâncias — 13ª Vara Federal de Curitiba, 8ª Turma do TRF-4 e 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça.

"É evidente que quem colhe as provas e julga é o juiz de primeira instância. O tribunal trabalha com o que o juiz produziu. Portanto, dizer que o TRF-4 julgou é uma falácia. O livro aponta os elementos de envolvimento do TRF-4 na farsa Moro. E também do relator do STJ, o recém-aposentado ministro Felix Fisher. O TRF-4, por exemplo, condenou Lula dizendo que nenhum ato estava vinculado a contratos da Petrobras e que ele seria responsável por todos os atos de corrupção do governo. Lula nem era mais presidente e não ocupava nenhum cargo para ser considerado funcionário público — requisito para ser acusado de corrupção. Ou seja, toda essa história contada no livro mostra que Lula é mais do que inocente".

Na obra, Fernando Fernandes conta os meandros "de toda a perseguição que Lula sofreu, do impedimento de ir ao enterro do irmão, do sofrimento no enterro do neto, com pessoas desamaldadas comemorando".

O advogado ressalta como o ministro do STF Gilmar Mendes apoiou a "lava jato" no começo, inclusive impedindo Lula de assumir o Ministério da Casa Civil no fim do governo Dilma. Depois, porém, Gilmar "acaba se sensibilizando e compreendendo a perseguição, os abusos, as torturas e as atuações políticas da 'lava jato'". Segundo ele, o momento simbólico dessa mudança ocorreu no enterro do neto de Lula, quando o ministro prestou condolências ao ex-presidente.

A nova edição de *Geopolítica da intervenção — a verdadeira história da "lava jato"* relata como o Supremo passou a frear abusos da "lava jato", culminando na anulação das condenações de Lula. Foi uma grande vitória para a defesa do ex-presidente, comandada pelos advogados Cristiano Zanin Martins, Valeska Martins e Roberto Teixeira, segundo Fernandes. Ele também destaca o papel de criminalistas na representação do petista, como José Roberto Batochio, Nilo Batista e Juarez Cirino.

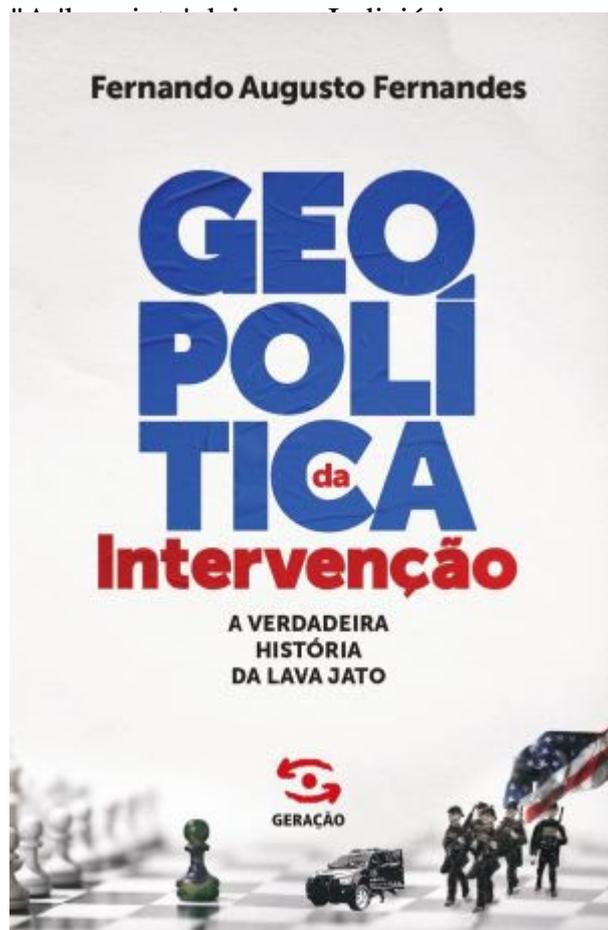
Vários advogados, professores e juristas contribuíram para a construção das decisões do STF, diz Fernandes. Ele menciona a professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro Carol Proner, que organizou obras como *Comentários a uma sentença anunciada — o processo Lula*; o jurista Lenio Streck, autor da ação em que o Supremo declarou que só é possível executar a pena após o trânsito em julgado da condenação; e o Grupo Prerrogativas, que impulsionou debates sobre os abusos da "lava jato" na imprensa.

Fernando Fernandes — em conjunto com os petistas Paulo Pimenta (deputado federal pelo Rio Grande do Sul), Paulo Teixeira (deputado federal por São Paulo) e Wadih Damous (ex-deputado federal pelo Rio de Janeiro) — foi autor do Habeas Corpus com o qual o ex-presidente obteve soltura em 2018, em decisão do desembargador Rogério Favreto. Porém, Sergio Moro afirmou que o magistrado não tinha

competência para tomar essa decisão e se recusou a cumprir a ordem, mesmo estando de férias. O então presidente do TRF-4, Thompson Flores, deu a [palavra final](#) sobre o imbróglio e mandou que o petista continuasse detido. A atuação de Moro no episódio foi um dos fundamentos para o STF declarar sua parcialidade para julgar Lula.

O advogado também foi responsável pela reclamação no Supremo que permitiu a toda a imprensa entrevistar Lula na prisão. Além disso, defendeu o diretor do Instituto Lula Paulo Okamoto em processos da "lava jato", como o caso do triplex no Guarujá.

### Legado de autoritarismo



problema a ser resolvido, de autoritarismo, de acentuar a falta de juízes e membros do Ministério Público", afirma Fernandes. "A democracia brasileira.

"O império americano, competente em sua dominação e

manipulação, formulou a 'doutrina de segurança nacional', que influenciou os militares brasileiros em uma guerra imaginária contra um inimigo interno inexistente, comunista, subversivo. Com a mesma lógica, passou a se utilizar de sua influência para, gradativamente, mudar o inimigo comunista para o traficante e ampliar a influência sobre os militares, as nossas polícias, e, em seguida, os nossos juízes e promotores para o risco de um novo inimigo interno, o corrupto. Mais grave é que a influência 'intelectual' é tamanha que nossos conterrâneos passam a se enxergar como país de corruptos", afirma o advogado no livro.



Por influência dos EUA, o Brasil editou normas que foram fundamentais para a "lava jato", como a Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei 9.613/1998) e a Lei das Organizações Criminosas (Lei 12.850/2013), que regulamentou a colaboração premiada. Para Fernandes, todas essas medidas estão sendo julgadas pelo povo nas eleições.

O advogado defende que se discuta a reforma da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/ 2010). A norma estabelece que quem for condenado por órgão colegiado fica inelegível.

"O verdadeiro juiz político deve ser o voto. Se o Judiciário condena alguém por crime, deve o povo votar se confia ou não no sujeito. Ou corremos o risco de conferir o poder de controlar a eleição a três pessoas de um tribunal ligadas a interesses políticos, como ocorreu no passado."

**Date Created**

30/09/2022